



Boletim GeoÁfrica
Volume 2, Número 7, 2023

**EDITORIAL. QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?**



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié
Departamento de Geografia e Programa de
Pós-Graduação em Geografia (PPGG),
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar:
MONIÉ, F. Editorial. Quais recursos
para que modelos de desenvolvimento
na África subsaariana? **Boletim
GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 1-9, jul-set. 2023.



EDITORIAL. QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?

2

Neste sétimo número do *Boletim GeoÁfrica*, o dossiê temático, organizado por Frédéric Monié, é dedicado à problemática da relação, complexa e paradoxal, que se estabelece entre a abundância de recursos – em particular naturais – e as trajetórias do (sub)desenvolvimento na África subsaariana. A região é provavelmente a mais bem dotada em recursos naturais do Planeta: apesar de sua distribuição espacial muito desigual a superfície agrícola concentra cerca de 22% das terras aráveis do Mundo; os 60 tipos de minérios presentes no subsolo representam mais do terço das reservas minerais mundiais; as reservas energéticas – água, hidrocarbonetos, urânio, geotermia etc. são também abundantes etc. No entanto, a produção agrícola não garante a segurança alimentar da população, em particular em regiões como o Sahel central ou o Chifre da África; o consumo de energia é extremamente limitado fora dos grandes centros urbanos; o extrativismo mineral não desencadeia trajetórias de industrialização, mas alimenta redes clientelistas e garante pulposos benefícios para as corporações transnacionais. A cobiça pelas riquezas do continente pode também gerar tensões geopolíticas e favorecer a criminalização de algumas cadeias produtivas, enquanto os impactos sociais e ambientais do extrativismo são cada vez mais denunciados.

Desde a 2ª metade do século XX, acadêmicos analisam como e porque essa abundância de recursos pode impactar negativamente economias, sociedades e espaços de países especializados na produção e na exportação de matérias primas. Diversas contribuições teóricas e analíticas, na maioria dos casos elaboradas no campo da economia política, foram publicadas na literatura especializada. A teoria da “doença holandesa” (*Dutch disease*) foi inspirada pelos impactos gerados pela descoberta de gás natural nos Países Baixos na década de 1960, onde a drenagem de capital e mão-de-obra pelo setor do gás provocou uma perda de competitividade do tecido industrial pré-existente. O forte aumento das importações, a aceleração da inflação e o agravamento do déficit comercial impactaram uma economia se tornando mais dependente de uma *commodity* extraída por multinacionais e cujos preços oscilam de maneira repentina (CORDEN, NEARY, 1982). Na África subsaariana, esse fenômeno de concentração setorial e espacial do investimento,



da tecnologia e dos recursos humanos qualificados foi, por exemplo, observado após a descoberta de jazidas de petróleo em diversos países (MONIÉ, 2012; ARIWERIOLUMA, 2015).

Nas décadas de 1990 e 2000, a multiplicação de estudos apontando o baixo nível de desenvolvimento econômico e social de regiões e países exportadores de *commodities* – minérios, petróleo, bens agrícolas – deu origem à novas teorias apresentando um viés menos economicista que a “doença holandesa”. Problemáticas como as desigualdades sociais e regionais, a formação de poderosas redes clientelistas sustentando economias e regimes rentistas, os impactos ambientais do extrativismo ou o financiamento de conflitos são, então, ressaltados por diversos autores (LYNN KARL & GARY 2001; 1997; LE BILLON, 2005). Alguns deles evocam uma “maldição dos recursos naturais”¹ em lugares onde o caráter assimétrico das relações entre governos africanos e poderosas firmas transnacionais (BASSEY, 2015) e déficits institucionais inibem inovações em termos de governança (MONIÉ, 2012).

Na década de 2000, o super ciclo das *commodities*, em parte provocado pelo consumo crescente de recursos naturais pela economia chinesa, estimulou uma nova corrida às matérias primas no “Sul Global”, que apresenta a particularidade de ser concomitantemente um provedor e um consumidor de volumes crescentes de bens primários. O novo *scramble* é, também, caracterizado pelo forte aumento da demanda por minérios e terras raras considerados estratégicos para a transição energética/ecológica (lítio, cassiterita, silício etc.) (SOUTHALL & MELBER, 2009). Na África subsaariana, fronteiras de acumulação surgem ou se consolidam. Se a China se torna um ator maior do comércio e da exploração de recursos naturais, observamos simultaneamente que a política de diversificação das fontes de abastecimento em hidrocarbonetos por parte dos Estados Unidos e de países ocidentais dinamiza a prospecção e a produção de petróleo e gás natural (MOUSSA DEMBELÉ, 2015; ARIWERIOLUMA, 2015). Por sua parte, a compra de terras agricultáveis (*land grabbing*) por parte de países dependentes das importações de *commodities* agrícolas para alimentar suas populações alimentou um movimento de espoliação fundiária que prejudicou sociedades camponesas de diversos países (Madagascar, Etiópia, Moçambique, Libéria etc.). A exploração, frequentemente ilegal, de madeira e recursos haliêuticos completa o cenário desse novo *scramble*.

¹ O termo de “maldição dos recursos” foi imediatamente criticado por conferir uma condição de sujeito à recursos que são, por definição, “neutros”.



O cenário macroeconômico e comercial da década 2000 se traduziu por um crescimento acelerado e sustentado dos países exportadores de recursos naturais que desencadeou concomitantemente uma onda de “afro-otimismo” mas, também, debates, iniciativas políticas e ativismos contestando os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos extrativistas e agrícolas (WAPMUK & AKINKWOTU, 2017; MONIÉ, 2019). Na época, foi a América do sul que constituiu um laboratório intelectual maior da contestação de políticas desenvolvimentistas ancoradas na extração e exportação de recursos pouco ou não processados (GUDYNAS, 2013; ACOSTA, 2016; SVAMPA, 2019). Na África subsaariana estudiosos, moçambicanos em particular, desenvolveram pesquisas relevantes com destaque para os grandes projetos de prospecção e extração de carvão mineral na província de Tete e, posteriormente, de gás natural na região setentrional do país. Estudos propõem uma reflexão crítica sobre a relação entre extrativismos, economias de renda e (sub)desenvolvimento (CASTEL-BRANCO 2010 e 2015; MUIANGA, 2019). Diversas pesquisas apontam, por sua parte, os impactos macroeconômicos, sociais, ambientais e espaciais dos grandes projetos extrativistas (FEIJÓ e RAIMUNDO, 2017; EUSEBIO e MAGALHÃES, 2018).

4

Neste contexto, a retórica dos impactos desenvolvimentistas dos grandes projetos continua legitimando investimentos em atividades extrativistas em regiões e países que se beneficiariam de seus efeitos automáticos sobre o crescimento econômico, a geração de emprego e as infraestruturas técnicas. No entanto, a narrativa do *El Dorado* extrativista foi paralelamente contestada por populações locais que, ao exemplo do que está acontecendo no resto do Mundo, se mobilizaram para denunciar efeitos desestruturadores dos grandes projetos sobre as sociedades e os espaços locais. Remoções forçadas e conflitos de uso provocados pelos investimentos em mega sítios de mineração e a espoliação fundiária consequente do *land grabbing* provocaram as maiores mobilizações populares. Ao mesmo tempo, assistimos a uma multiplicação de iniciativas políticas e institucionais visando a promover o uso mais transparente das receitas das exportações - *Extractive Industries Transparency Initiative*, por exemplo, e novos modos de governança da renda, graças à novos códigos de mineração ou a descentralização do poder político (MAGRIN, 2013). No entanto, essas iniciativas foram globalmente incapazes de superar obstáculos e barreiras de diferentes naturezas que limitam as possibilidades de transformação das economias extrativistas em economias integradas e diversificadas, conforme o atestam diversas contribuições de nosso dossiê temático.



Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces de uma mesma maldição. In DILGER, G. *et al.* **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 47-85.

ARIWERIOLUMA, S. **The political economy of Oil and Gas in Africa. The case of Nigeria.** London/New York: Routledge, 2009

BASSEY, N. **Aprendendo com a África. A extração destrutiva e a crise climática.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

CASTEL-BRANCO, C. N. Economia extrativa e desafios da industrialização em Moçambique. In BRITO, L. *et al.* **Economia extrativa e desafios da industrialização em Moçambique.** Maputo: IESE, 2010, p.19-109

CASTEL-BRANCO, C. N. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. **Review of African Political Economy**, 2015, p. 526-548

COLLIER, P. **The Bottom Million: why the poorest countries are failing and what can be done about it.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

EUSEBIO, A. J; MAGALHÃES, S. B. Grandes projetos de mineração e direitos territoriais das comunidades locais em Moçambique. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018

FEIJÓ, J.; RAIMUNDO, I. (coord.). **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos.** Maputo: Publifix Edições, 2017.

GACEM, B. La rente pétrolière en Afrique: bénédiction ou malédiction? **Finance & Bien Commun**, v. 3, n. 28-29, p. 114-119, 2007.

GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, n. 13, 2013.

LE BILLON, P. **The geopolitics of resource wars. Resource dependence, governance and violence.** London/New York: Frank Cass, 2005.

LYNN KARL, T; GARY, I. **O fundo do Barril O “Boom” do Petróleo em África e os países pobres.** Baltimore: Catholic Relief Services, 2001.

MEREDITH, M. **O destino da África. Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MONIÉ, F. A inserção de Moçambique na globalização: riscos, desafios e dinâmicas territoriais. **Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 3, 2019, p. 9-37.



MONIÉ, F. Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África subsaariana In: MONIÉ F., BINSZTOK J. (org.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 201-236

MOUSSA DEMBELÉ, D. Ressources de l’Afrique et stratégies d’exploitation. **La Pensée**, v. 381, n. 1, 2015, p. 29-46.

MUIANGA, C. Investimentos, recursos naturais e desafios para Moçambique. In: CHICHAVA S. **Desafios para Moçambique 2019**. Maputo: IESE, 2019, p.147-164

SARR, F. **Afrotopia**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SOUTHALL, R; MELBER, H. **A new scramble for Africa? Imperialism, Investment and Development**. Scottsville: University of Kwazulu-Natal Press, 2009.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

WAPMUK, S; AKINKWOTU, O. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afro-pessimismo para o afro-otimismo? **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v. 2, n. 4, 2017, p.11-31.



As três entrevistas que abrem nosso dossiê temático intitulado *Quais recursos para que modelos de desenvolvimento na África subsaariana?* confirmam a dificuldade de converter a abundância de recursos – naturais ou não – em vetores de desenvolvimento beneficiando as sociedades da África subsaariana. Após apontar benefícios e limitações das teorias e categorias analíticas elaboradas para compreender esse paradoxo, o Geógrafo Géraud Magrin, estudioso das economias e dos regimes rentistas da África ocidental, evidencia alguns dos mecanismos que prejudicam o surgimento de *espaços de bifurcação*, noção que ele teorizou no início da década de 2010 (MAGRIN, 2013). O termo designa um processo de transformação política e econômica possibilitada pela crise dos regimes rentistas em países dependentes de recursos, naturais ou não. Apesar de avanços realizados em termos de governança e descentralização do poder político-administrativo, as mudanças foram finalmente limitadas e superficiais. Magrin analisa mais especificamente o caso do Chade, onde a arquitetura institucional inovadora em termos de direcionamento da renda do petróleo (luta contra a pobreza, educação, saúde) foi aniquilada pela



degradação do ambiente geopolítico regional que levou o regime a investir maciçamente na compra de armamento, com o apoio das potências ocidentais. Conforme o aponta o Geógrafo francês, uma combinação complexa e multiescalar de fatores exógenos e endógenos, estruturais mais também conjunturais, dificulta, assim, o surgimento dos *espaços de bifurcação* e beneficia a permanência de regimes rentistas.

Por sua parte, o professor e pesquisador Anselmo Panse Chizenga constrói sua reflexão a partir do estudo dos impactos e dos conflitos provocados pelo desenvolvimento da indústria da mineração na província moçambicana de Tete. A exploração de uma gigantesca reserva de carvão mineral pela corporação brasileira Vale S.A. desestruturou profundamente as sociedades e o espaço regional em torno das minas de Moatize. O pesquisador evoca o *extermínio de um lugar* com forte identidade territorial como condição para a gestação de um *lugar minéravel* em sintonia com os interesses das elites nacionais e das corporações transnacionais.

A última entrevistada, Edith Barry Sawadogo, pesquisadora da Universidade Ki-Zerbo de Uagadugu, estuda mais especificamente a economia aurífera artesanal de Burquina Faso. Neste país, a valorização do preço da onça de ouro na década de 2010 provocou uma multiplicação dos *garimpos* artesanais que o governo nacional tenta regular através da promulgação de um novo código de mineração, incluindo fundos destinados ao desenvolvimento local. No entanto, a localização periférica, a fluidez espacial extrema da economia aurífera, a insegurança e os entraves burocráticos enfrentadas pelos garimpeiros dificultam o processo de formalização da atividade.

Os artigos publicados no mesmo dossiê evidenciam alguns dos desafios enfrentados para transformar recursos diversos (petróleo, minérios, paisagem ou mesmo insumos químicos destinados a agricultura) em vetores de desenvolvimento beneficiando as sociedades locais e nacionais. O professor Kauê Lopes dos Santos reflete sobre o ingresso do Gana na “era do petróleo” analisando a emergência de uma nova cadeia de valor neste país da África ocidental. O artigo, intitulado *A economia do petróleo em Gana no início do século XXI*, evidencia especificamente os desafios institucionais e regulatórios que surgem no novo contexto econômico e o papel, particularmente evolutivo, dos atores estatais e privados envolvidos nesse processo. Por sua parte, o pesquisador Eduardo Jaime Bata analisa alguns dos impactos do megaprojeto de mineração de carvão natural na província moçambicana de Tete. Em *Mineração do carvão e reassentamentos "forçados": o sentido de lugar e a(s) nova(s) configuração identitária nas comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique*, Eduardo Bata destaca,



em particular, as transformações impostas pelo extrativismo sobre a sociedade e o território locais. Práticas culturais que qualificam historicamente o lugar e a identidade resistem dificilmente à pressão da modernidade industrial. As migrações forçadas constituem o fenômeno que melhor evidencia o caráter predador dos “grandes projetos de desenvolvimento”. Os pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) Eduardo de Ávila Coelho e Bernardo Machado Gontijo publicam, do seu lado, um texto analisando os efeitos do desenvolvimento do turismo, sobre as localidades tanzanianas de Zanzibar e Ngorongoro. Os principais recursos mobilizados para o desenvolvimento do turismo são as paisagens e as culturas locais. Em *África e o turismo colonizador – neoliberalismo ambiental e luxo excludente: o exemplo da Tanzânia* os autores apontam os efeitos desestruturadores da expansão do turismo transformado em poderoso vetor de gestão (predadora) do território. Os processos em cursos são analisados como uma perpetuação da lógica colonial de exploração dos territórios.



A sessão *Varia* abre seu espaço aos pesquisadores Ringo Benjamim Victor, José João Passe; Dizimalta Miquitaio, Evaristo Uaila & Hélio Nganhane que no artigo *Mapeamento de suscetibilidade de risco de inundação na Bacia hidrográfica do Rio Zambeze 2 em Moçambique* refletem sobre os benefícios de formas inovadoras de planejamento baseadas na análise e o processamento de informações geográficas no intuito de prevenir e administrar os riscos de inundações e enchentes na área de estudo.

Na sua contribuição, Osmane Adrimo Ussene; Ringo Benjamim Victor & Gonçalo Rodrigues estudam os *Principais agrotóxicos usados na Agricultura na Bacia Hidrográfica do Médio Zambeze na Província de Tete em Moçambique*. O uso dos insumos químicos (inseticidas, rodenticidas, fungicidas) tende a se difundir nos espaços rurais do recorte espacial onde alcance um leque cada vez mais abrangente de bens agrícolas.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Albino José Eusébio, pesquisador moçambicano convidado neste número, desenvolveu, na Universidade Federal do Pará (Brasil) uma pesquisa de doutorado intitulada *Da violência colonial à violência do desenvolvimento: uma análise socioantropológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelo grande projeto de mineração da Vale em Moçambique*.



A sessão *Experiências culturais* é, do seu lado, um espaço aberto à artistas, intelectuais, ativistas etc. desejando expressar suas ideias e reflexões de maneira pessoal, subjetiva, sem formato pré-definido pelos editores. A professora Hagira Naide Gelo Machute entrevista o escritor moçambicano José Bione Carquete (aliás *Dragão Bee Yoni*) que evoca seu itinerário, suas fontes de inspiração e os dilemas enfrentados no processo criativo.



Em *Recursos, regimes de renda e (sub)desenvolvimento: algumas contribuições teóricas, analíticas e empíricas de Géraud Magrin*, Frédéric Monié propõe uma resenha científica da obra de Géraud MAGRIN intitulada *Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement* publicada em 2013 na coleção da editora francesa Publications de la Sorbonne.

Enfim, a professora e escritora Sônia Rosa nos oferece uma resenha da obra de Andreia Prestes (autora) e Mariana Massarini (ilustradora) intitulada *Lila em Moçambique* publicada em 2023 pela editora de Belo Horizonte RHJ.

Boa Leitura!!!